

Revista  
Latino-americana de

# Geografia e Gênero

Volume 11, número 2 (2020)  
ISSN: 2177-2886

## Resenha

## Um Feminismo Decolonial, por Françoise Vergès

*Un Feminismo Decolonial, de Françoise Vergès*

*A Decolonial Feminism, by Françoise Vergès*

**Mariana Garcia Tabuchi**  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná -  
Brasil  
mariana.tabuchi@gmail.com

Como citar esta resenha:

TABUCHI, Mariana Garcia. Um Feminismo Decolonial, por Françoise Vergès. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 2, p. 234-240, 2019. ISSN 2177-2886.

Disponível em:  
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Françoise Vergès, autora francesa, é cientista política, historiadora, ativista, especialista nos estudos pós-coloniais, e tem formulado reflexões importantes para a compreensão das formas de colonização e racialização na sociedade burguesa. A obra *Um feminismo decolonial*, que aqui se resenha, se encontra no bojo dessas perspectivas e se consubstancia em um questionamento ao feminismo europeu e um chamado a um feminismo que se contraponha, ferrenhamente, à colonialidade e ao capitalismo racial e neoliberal.

O livro, publicado inicialmente na França em 2019, cumpre dois objetivos centrais. O primeiro é a demonstração de que ao mesmo tempo que o trabalho de cuidado e limpeza, sobretudo exercido por mulheres “racializadas” do Sul, é indispensável, necessário e imprescindível para o funcionamento das dinâmicas capitalistas, neoliberais raciais e patriarcais, ele também é um trabalho invisível, que deve permanecer impercebível. O segundo objetivo, por sua vez, é a caracterização do “feminismo civilizatório” como uma ideologia que incorpora o racismo e o colonialismo, demonstrando-se que este feminismo tem sido utilizado como ferramenta para a implementação da agenda neoliberal.

A edição brasileira, publicada em 2020, está dividida em seis partes. Inicia-se com uma exposição de Flávia Rios, professora da Universidade Federal Fluminense, e é seguida de notas das tradutoras Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo.

Na sequência, encontra-se o prefácio à edição brasileira, no qual Françoise Vergès apresenta a obra, indicando as faces e interconexões tanto de um patriarcado misógino, racista, homofóbico, transfóbico e manifestamente brutal quanto de um patriarcado elegante e aparentemente aberto à diversidade e ao multiculturalismo, simpático aos direitos femininos, sendo que ambos servem à mesma lógica exploratória do capitalismo, no qual permanecem centralizados os meios pelos quais se decidem quais vidas importam e quais não importam. Ainda neste momento prefacial e através de reflexões sobre a experiência cotidiana de mulheres racializadas, a autora indica a relação dialética existente entre os “corpos eficientes” e os “corpos exaustos”. Enquanto o proprietário do corpo eficiente é o homem branco, cuja capacidade de trabalhar longas horas no escritório e na academia é a representação do sucesso absoluto, “o” proprietário do corpo exausto/invisível é a mulher negra, são aquelas que abrem a cidade, que acordam de madrugada, para deixar todos os ambientes limpos, são aquelas que recolhem o lixo, higienizam e organizam o mundo. São elas, imprescindíveis e invisíveis.

A ideia do abrir a cidade é trazida especialmente na introdução da obra. A cientista política expõe, logo nesse início, de que forma essa força de trabalho, racializada, majoritariamente feminina, superexplorada, mal remunerada e mal qualificada, é indispensável ao mundo. São mulheres negras que despertam antes de todos, atravessam as cidades, e higienizam as grandes metrópoles e os locais postos à disposição de outros trabalhadores e empregados, tornando a vida destes exequíveis. Isto é, sem o trabalho delas não seria possível ocupar escritórios, se alimentar em refeitórios, frequentar hospitais, enfim, realizar atividades nas instituições públicas ou privadas existentes.

Mas, na medida em que é fundamental para o funcionamento de todas as

dinâmicas sociais, esse trabalho é colocado em um espaço de invisibilidade, motivo pelo qual são realizados na madrugada ou à noite, quando os locais estão vazios. Não bastasse, se tratam de postos de emprego perigosos, que oferecem risco à saúde, além de serem considerados “naturalmente” femininos. Assim, a indústria da limpeza é, a um só tempo, oculta e perigosa, constituindo-se os corpos que dela fazem parte em vidas descartáveis.

Nessa seara, chama a atenção que a vida das mulheres burguesas só é possibilitada porque outras mulheres racializadas tomaram conta da limpeza de seus lares e locais de trabalho, do cuidado de seus filhos, maridos e familiares. E, assim sendo, têm as primeiras tempo para discutir a legitimidade das coisas e o próprio feminismo.

Em vistas disso, a autora indica, no primeiro capítulo da obra, a necessidade de um feminismo decolonial, em contraposição ao que denomina de “feminismo civilizatório”. Sublinha Vergès o quanto uma abordagem simples de gênero é insuficiente, tendo em vista que os direitos das mulheres se transformaram em ferramenta para o exercício do imperialismo e do neoliberalismo. Aliado e cúmplice dessa ordem, o feminismo civilizatório é aquele que tomou para si a empreitada missionária de levar um pensamento único, universal e ocidentalizado para outros povos, reforçando, no entanto, as desigualdades de raça, classe e gênero. Ressalta-se que esse feminismo nasceu com a própria formação da colônia, haja vista que as feministas europeias se comparavam aos escravos. Assim, elas reivindicaram, desde seus primórdios, direitos iguais aos dos homens de sua própria classe, esquecendo-se insistentemente, porém, da escravidão e do colonialismo de sua própria formação.

Vergès destaca, assim, a importância de olhar para a escravidão colonial, pois, ainda que seja tratada como um passado histórico, visualizam-se estratégias de racialização e sexualização que se perpetuam no mundo hodierno. A escravidão é um marco importante para a formação do mundo moderno e para a origem da ideia de “raça” – e do próprio mundo branco –, sendo que tal categoria é totalmente desconsiderada pelo feminismo civilizatório. Afinal, as feministas que dele fazem parte não conseguem enxergar como brancas, pelo que não consideram existir um feminismo branco e sim “universal”. Ocorre que, além de permanecer em voga o exercício do controle de territórios em estado de dependência, as estruturas de poder continuam alicerçadas no racismo. O exercício da colonialidade atual institui uma política de vidas descartáveis, que deve ser combatida pelos feminismos.

Além disso, as feministas civilizatórias demarcam o seu pertencimento a um lócus europeu e objetivam, com isso, “salvar” as mulheres racializadas do patriarcado do Sul. Elas enquadram e ocidentalizam as lutas das mulheres em um único modelo, o seu modelo. Reconhecem os direitos das mulheres colonizadas como direitos humanos, mas só conseguem refleti-los através de uma narrativa ocidental. Nesse processo, não só apagam as lutas, saberes e vivências daquelas mulheres (o que se configura em verdadeiro epistemicídio), mas reforçam políticas de intervenção imperialistas. Note-se que as políticas fomentadas na nova ordem neoliberal, apoiadas pelas feministas civilizatórias, não atacam senão as próprias mulheres do Sul, que ocupam os postos de trabalho subqualificados nas zonas de abertura econômica. Nesse cenário,

órgãos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) se apropriam do discurso dos direitos das mulheres, utilizando-se das noções de desenvolvimento e empoderamento para reduzir a taxa de natalidade no “Terceiro Mundo” e aplicar programas de ajuste estrutural de forma intensificada.

Assim, o empoderamento individual defendido por essas feministas encontra eco nos discursos do “fim da história”, uma vez que responde à feminização da pobreza e completa o trabalho das políticas de pacificação e de ordem. A midiaticização do “girl’s power” não só indica, falsamente, que basta contestar algumas normativas para conquistar seu sonho pessoal (responsabilizando individualmente as mulheres pelo seu não sucesso profissional), mas também oculta as estruturas de poder que estão por trás do machismo e que resultam em problemas coletivos. Trata-se, em síntese, de um feminismo que ocidentaliza as lutas das mulheres e não entra em confronto, em absoluto, com a colonialidade.

Por isso é que Vergès milita em favor de um feminismo decolonial, que desmarcara a forma como o complexo racismo-sexismo-etnicismo está imbricado em todas as relações de dominação existentes. Como aponta a própria cientista política, o feminismo decolonial não é uma nova “onda” ou “geração”, mas uma continuidade das lutas antirracistas, anticapitalistas e anticoloniais empreendidas pelas mulheres do Sul, é ele a afirmação da fidelidade a essas batalhas. Busca-se, através dele, uma justiça epistêmica, reivindicando-se a igualdade entre os conhecimentos e contestando a ordem epistemológica imposta pelo Ocidente, no intuito de criar ferramentas próprias de difusão e de produção de saberes. Os feminismos de política decolonial reivindicam, dessa maneira, o direito de existir. Eles almejam não melhorar o atual sistema político-econômico, mas desconstituir todas as formas de opressão.

Já no segundo capítulo, Françoise Vergès reflete acerca da evolução do feminismo civilizatório no século XXI. Ponderando acerca da questão do uso do véu e do Islã na França, a autora examina os discursos adotados pelas feministas europeias, que assumem a cultura muçulmana como a inimiga das mulheres e a laicidade como princípio máximo da libertação. Conforme aponta a autora, essa perspectiva apresenta uma série de problemáticas. Especialmente, é uma política de ataque aos Suis e às mulheres que vivem nesses territórios.

Compreendem as feministas civilizatórias que as mulheres, sobretudo as muçulmanas, devem ser salvas da dominação masculina (inerente, na sua visão, às suas culturas), defendendo que elas conquistem sua liberdade através, principalmente, da entrada do mercado de trabalho neoliberal. Enfatizam o problema do uso do véu como símbolo da submissão feminina, ocultando, por outro lado, as contradições dos empregos precários, dos salários baixos e do serviço doméstico não remunerado. Assim, além de adotarem uma postura fraternalista e eurocêntrica – assumindo uma posição de irmãs mais velhas que entendem o que é melhor para suas irmãs mais novas – combatem ao patriarcado do Sul com o fortalecimento do patriarcado moderno do Norte. Ademais, essa acepção é desrespeitosa com as lutas empreendidas pelas mulheres do Terceiro Mundo, é um apagamento do feminismo negro, é, em

suma, um insulto às mulheres trabalhadoras, imigrantes, refugiadas políticas.

Note-se que esses discursos do feminismo civilizatório são apropriados para a aplicação de políticas neoliberais, já que se centram nas ideias de escolha individual e liberdade. Ao argumento de que as mulheres devem ter autonomia e devem entrar no mercado de trabalho, incentivam-se que as mulheres racializadas cuidem do trabalho reprodutivo, do cuidado da limpeza, cozinha e das crianças. Assim, a necessidade das metrópoles para preenchimento dos cargos de “categoria C” é preenchida através da narrativa de que trabalhar como doméstica é uma forma corajosa de ganhar a vida, de ser livre. Não à toa, o “Bumidon”, instituição estatal que organiza a emigração de jovens do Caribe, da Guiana e da ilha da Reunião, passou a ter como alvo mulheres, enfatizando-se a elas as possibilidades da formação profissional e da autonomia. Assim, o centro das políticas neoliberais é a organização de uma mão de obra móvel, racializada e feminina. Observe-se que, desde os anos 1990, o Banco Mundial defende o microcrédito para as mulheres. Isto é, através de campanhas de fortalecimento da capacidade de mulheres, fomenta-se empréstimos bancários e, em paralelo, incentiva-se o controle da natalidade dessa população. Ou seja, as mulheres do Sul são as presas dessas políticas, que recebem o aval do feminismo civilizatório.

Daí é que Vergès utiliza os termos como “femonacionalismo”, “femoimperialismo”, “femofascismo” e “feminismo de mercado”, identificando o ponto de convergência de todos eles no fato de que dividem o mundo entre culturas abertas e culturas hostis à igualdade de gênero e, por isso, dão sentido civilizatório para suas lutas. Convergem, nesse processo, para políticas xenofóbicas e racistas, e contribuem para a estigmatização de homens muçulmanos e racializados.

Um dos exemplos utilizados pela autora é a “revolta do biquíni” em 2017 na Argélia, uma invenção da mídia que teve adesão das feministas brancas da França. O biquíni foi transformado na marca da liberdade das mulheres, nos valores da laicidade e da República, em contraposição ao burkini, que simbolizava a opressão das mulheres. O evento foi retratado pela mídia francesa como banhos realizados em massa por mulheres vestidas de biquíni para se contraporem aos “islamitas”, que representavam uma ameaça. Ocorre, contudo, que as próprias argelinas, que haviam criado um grupo para irem juntas à praia como forma de prevenção a assédios, interviram na forma como o evento estava sendo retratado pela mídia francesa. Explicaram elas que nunca usaram termos como “islamismo” ou “obscurantismo” e que as mulheres que usavam burkini nunca foram consideradas um problema. Destarte, a forma como o evento foi retratado demonstra a tentativa do feminismo civilizatório e da ordem neoliberal de fazerem as mulheres argelinas defensoras dos “valores republicanos” e desvela o racismo presente nessa narrativa.

Diante disso, mostra a autora a existência de dois patriarcados, aquele que é aberto ao multiculturalismo e que aceita qualquer identidade de gênero desde que seja comercializável, e aquele que é neofascista e masculinista, que ataca frontalmente os direitos das mulheres. Mostra que ambos apresentam uma diferença de tom, mas que nenhum deles hesitaria em assassinar uma mulher negra e trans.

Por fim, ao final do segundo capítulo e da obra, Françoise Vergès retorna à questão do trabalho de cuidado e limpeza e à indiferença a esse trabalho e a sua racialização por parte dos feminismos brancos. Concede a autora especial relevância ao trabalho reprodutivo, não só realocando as mulheres racializadas em primeiro lugar na classe trabalhadora, chamando-a de “classe cuidadora”, mas também informando como a indústria da limpeza e do esgotamento incorpora na gentrificação e militarização das cidades. Essas mulheres, que correm antes que a cidade desperte, que limpam o mundo, se constituem em corpos esgotados, que se expõem ao lixo, à contaminação, à toxidade, à doenças de todas as ordens. Assim, enfatiza Vergès que a economia capitalista, além de ser produtora de lixo, também produz seres humanos tidos como lixo e sucata, cujas vidas não importam. Realça, novamente, a invisibilidade dessas pessoas, que asseguram a vida de todas as outras no mundo.

Por tudo isso que a autora coloca a luta dessas mulheres no centro e no coração das lutas feministas pela dignidade, contra o racismo e exploração. Indica a tarefa fulcral das feministas decoloniais de analisar os trabalhos de cuidado e limpeza, observando-se as suas configurações atuais no capitalismo racial e no feminismo civilizatório.

É nesse sentido que o trabalho aqui resenhado apresenta uma potencialidade revolucionária. Não só desmarcara a insuficiência de uma abordagem neoliberal de gênero, demonstrando na concretude de experiências de mulheres racializadas tal argumento, mas também coloca em questão a necessidade de combater as dinâmicas capitalistas, raciais, coloniais e patriarcais em marcha.

No mesmo sentido do que vem apresentando Silvia Federici (2019), Vergès dá ênfase à imprescindibilidade do trabalho reprodutivo para o funcionamento do sistema capitalista, reforçando a importância de olhar para esse trabalho como seu ponto mais sensível. Na dicção de Federici, o ponto zero da revolução.

Por outro lado, é de especial relevância o fato de Vergès demarcar a política decolonial do feminismo nas lutas empreendidas pelas mulheres do Sul. Depositar o olhar nas suas narrativas, batalhas e cotidiano é fulcral, já que são elas quem resistem à colonialidade do gênero. Nos mesmos termos do que afirma Lugones (2014, p. 948), “é nas histórias de resistência na diferença colonial onde devemos residir”.

Por derradeiro, deve se frisar a atualidade das reflexões trazidas por Françoise Vergès em *Um feminismo decolonial*, sobretudo considerando os desafios impostos pela pandemia do COVID-19. Durante esse período, ao mesmo tempo que o trabalho de cuidado e limpeza realizado por mulheres negras não foi dispensado pelo mundo branco durante o confinamento (exclusivo para alguns), ratificando sua imprescindibilidade, foram elas as mais expostas ao vírus, mais expostas à morte, ratificando-se também a descartabilidade de suas vidas.

Enfim, o trabalho de Vergès é preciso e necessário. Importantíssimo para se pensar as relações atuais exercidas na escala predatória do capitalismo.

**Referências**

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935 - 952, 2014.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Recebido em 26 de setembro de 2020.

Aceito em 01 de dezembro de 2020.

Mariana Garcia Tabuchi

240